



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

ATA N.º 150/CNE/XV

No dia três de maio de dois mil e dezoito teve lugar a reunião número cento e cinquenta da Comissão Nacional de Eleições, na sala de reuniões sita na Av. D. Carlos I, n.º 128 – 7.º andar, em Lisboa, sob a presidência do Senhor Juiz Conselheiro José Vítor Soreto de Barros e com a presença dos Senhores Drs. Francisco José Martins, João Almeida, Jorge Miguéis, Mário Miranda Duarte e Sérgio Gomes da Silva. -----

A reunião teve início às 15 horas e foi secretariada por mim, João Almeida, Secretário da Comissão. -----

1. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Dr. João Almeida pediu a palavra para dar nota de que o Presidente da IFES (International Foundation for Electoral Systems), Bill Sweeney, e a Diretora Regional para a Europa e a Eurásia, Beata Martin-Rozumiłowicz, irão ser recebidos pelo Senhor Presidente da Comissão no próximo dia 9 de maio. -----

O Senhor Dr. João Almeida fez o ponto da situação dos trabalhos de preparação do simpósio internacional, em especial quanto aos aspetos que estão a cargo da CNE (jantar do dia 29 e a excursão do dia 31 de maio). -----

Mais deu nota de que está confirmada a realização do seminário “Voto Eletrónico – O voto de emigrantes e de cidadãos com deficiência” para o dia 28 de maio, no auditório Almeida Santos da Assembleia da República, com a presença do Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República, Deputado Jorge Lacão, e do Secretário-Geral do MAI. Os membros entenderam ser de convidar todos os partidos políticos, a CNPD – Comissão Nacional de Proteção de Dados, a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, o INR – Instituto Nacional para a Reabilitação, a APDSI - Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação, a Fundação para a Ciência e Tecnologia e AMA – Agência para a Modernização Administrativa, incluindo



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

técnicos/especialistas das referidas entidades. O Senhor Dr. Francisco José Martins absteve-se quanto a este assunto. -----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.01 - Ata da reunião plenária n.º 148/CNE/XV, de 24 de abril

A Comissão aprovou a ata da reunião plenária n.º 148/CNE/XV, de 24 de abril, cuja cópia consta em anexo à presente ata, com os votos favoráveis de todos os Membros que participaram na reunião a que respeita. -----

2.02 - Ata da reunião plenária n.º 149/CNE/XV, de 26 de abril

A Comissão aprovou a ata da reunião plenária n.º 149/CNE/XV, de 26 de abril, cuja cópia consta em anexo à presente ata, com os votos favoráveis de todos os Membros que participaram na reunião a que respeita. -----

AL-2017 – Assuntos diversos

2.03 - CM Entroncamento | PPD/PSD | Utilização de base de dados dos Trabalhadores da CM – Processo AL.P-PP/2017/714

A Comissão, tendo presente a Informação n.º I-CNE/2018/221, que consta em anexo à presente ata, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta dela constante que, a seguir, se transcreve: -----

«Em matéria de propaganda vigora o princípio da liberdade de ação e propaganda das candidaturas, como corolário do direito fundamental de «exprimir e divulgar livremente o pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio» (artigos 13.º, 37.º e 113.º da Constituição).

A atividade de propaganda, incluindo a político-partidária, tenha ou não cariz eleitoral e seja qual for o meio utilizado, é livre e pode ser desenvolvida, fora ou dentro dos períodos de campanha, com ressalva das proibições e limitações expressamente previstas na lei.

A participação em apreço refere-se a uma situação de envio de propaganda de uma candidatura para o domicílio de trabalhadores da Câmara Municipal do Entroncamento.



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

De acordo com o participante poderá ter ocorrido acesso indevido à base de dados de gestão do pessoal existente na referida autarquia.

Os factos participados à Comissão Nacional de Eleições foram também participados ao Ministério Público.

Verificando-se que pode estar em causa a violação do disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais remetam-se os elementos do processo à Comissão Nacional de Proteção de Dados.» -----

2.04 - Cidadão | Presidente da Comissão Recenseadora da Freguesia de Queluz | Não inscrição do eleitor – Processo AL.P-PP/2017/721

A Comissão, tendo presente a Informação n.º I-CNE/2018/223, que consta em anexo à presente ata, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta dela constante que, a seguir, se transcreve: -----

«De acordo com o disposto na alínea b) do artigo 4.º da Lei n.º 13/99, de 22 de março, o recenseamento dos cidadãos da União Europeia, não nacionais do Estado Português, residentes em Portugal, é voluntário sendo a sua inscrição efetuada junto das comissões recenseadoras ou do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

No caso da eleição dos órgãos das autarquias locais, de 1 de outubro de 2017, o período de suspensão do recenseamento decorreu entre o dia 2 de agosto e o dia da eleição, sendo os cadernos inalteráveis nos quinze dias anteriores à eleição (16.09.2017 a 01.10.2017).

Desde a data da marcação das eleições, as juntas de freguesia/comissões recenseadoras devem assegurar com especial cuidado o funcionamento dos seus serviços e satisfazer os pedidos relacionados com o ato eleitoral, designadamente os que respeitam à inscrição no recenseamento.

A participação em apreço refere que não terá sido promovida a inscrição de um cidadão no recenseamento eleitoral por funcionamento deficiente dos serviços da Junta da União de Freguesias de Queluz-Belas, facto que não foi possível confirmar.

Em todo o caso, recomenda-se à senhora presidente da Junta da União de Freguesias de Queluz-Belas, enquanto presidente da comissão recenseadora, que seja conferida especial atenção ao funcionamento dos serviços da junta de freguesia em período eleitoral,



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

designadamente no que respeita aos atos de inscrição no recenseamento de cidadãos estrangeiros com capacidade eleitoral ativa.» -----

**2.05 - Cidadão | Coligação PPD/PSD.CDS-PP.MPT | Inelegibilidade –
Processo AL.P-PP/2017/938**

A Comissão, tendo presente a Informação n.º I-CNE/2018/222, que consta em anexo à presente ata, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta dela constante que, a seguir, se transcreve: -----

«A Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais estabelece nos artigos 6.º e 7.º as inelegibilidades gerais e as inelegibilidades especiais, consoante se apliquem em todos os círculos eleitorais ou sejam restritas à área de um determinado círculo.

O artigo 6.º elenca, assim, as situações de impossibilidade legal de apresentação de candidatura a um cargo eletivo seja qual for a autarquia local em causa e o artigo 7.º enumera as situações de inelegibilidade apenas para certas autarquias locais.

Por restringirem o direito fundamental de acesso a cargos públicos as situações de inelegibilidade devem ser interpretadas restritivamente (n.º 2 do artigo 18.º da Constituição). Neste sentido, em matéria de inelegibilidades, o Tribunal Constitucional tem entendido que, estando «na presença de um direito fundamental de natureza política», «não é lícito ao intérprete proceder a interpretações extensivas ou aplicações analógicas que se configurariam como restrições de um direito político», acentuando que as normas que estabelecem casos de inelegibilidade contêm enumerações taxativas e não meramente exemplificativas ou, sequer, enunciativas (Acórdão n.º 510/2001).

O cargo de Diretor Regional Adjunto (das Direções Regionais de Agricultura e Pescas) não está previsto entre as inelegibilidades constantes dos artigos 6.º e 7.º da Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, pelo que, por este motivo, o cidadão em causa não estava impedido de integrar uma candidatura.

Acresce que a apreciação e a decisão sobre a elegibilidade dos candidatos competem, em exclusivo, aos tribunais. No âmbito do processo de verificação das candidaturas aos órgãos das autarquias locais, essa competência é do juiz do tribunal que verifica a regularidade do processo de candidatura e a elegibilidade dos candidatos, cabendo recurso da decisão deste para o Tribunal Constitucional.



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

Em momento posterior ao da eleição, após a assunção das funções autárquicas, a competência para decidir sobre eventuais situações de inelegibilidade é do tribunal administrativo de círculo, conforme resulta do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º e do artigo 11.º da Lei n.º 27/96, de 1 de agosto.» -----

2.06 - Cidadão | CM Vila Nova de Gaia | Acessibilidade à assembleia de voto (Escola Primaria do Maninho, Madalena) – Processo AL.P-PP/2017/1282

A Comissão, tendo presente a Informação n.º I-CNE/2018/211, que consta em anexo à presente ata, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta dela constante que, a seguir, se transcreve: -----

«É entendimento da Comissão Nacional de Eleições que a questão da acessibilidade de todos os cidadãos às assembleias de voto, designadamente dos cidadãos com deficiência e dos cidadãos com dificuldades de locomoção, deve ser o elemento preponderante a considerar na escolha dos locais a utilizar, devendo preferencialmente escolher-se pisos térreos de modo a que seja facilitada a votação dos cidadãos com deficiência, dos idosos e dos doentes.

Neste sentido, a Comissão Nacional de Eleições tem recomendado às câmaras municipais, no âmbito de cada ato eleitoral, que tomem todas as providências necessárias para garantir a acessibilidade de todos os cidadãos aos locais de voto, assegurando, no mínimo, a instalação de meios amovíveis que eliminem as barreiras arquitetónicas, o que fez também, em 01.09.2017, no caso da eleição de 1 de outubro de 2017.

Assim, alerta-se o senhor presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia para que, em futuros atos eleitorais, assegure, em articulação com os presidentes das juntas de freguesia, que os locais onde funcionam as assembleias de voto permitam que os eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida possam exercer o seu direito de voto de forma autónoma, não sendo, em todo o caso, permitida a deslocação da urna para fora da assembleia de voto.» -----

O Senhor Dr. Sérgio Gomes da Silva apresentou a seguinte declaração: -----

«Na sua atual encarnação, Portugal ambiciona ser um Estado de Direito Democrático baseado na soberania popular, tendo todos os cidadãos a mesma dignidade social e sendo iguais perante a Lei. As pessoas com deficiência não podem ser discriminadas por esse



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

facto, gozando de todos os direitos e estando vinculadas a cumprir todas as obrigações para cujo gozo ou cumprimento não se encontrem incapacitadas. O Povo exerce o poder político através do sufrágio universal, livre, direto e secreto. Assim, a cada cidadão é reconhecido o direito de exercer por si o voto sem impedimentos nem restrições. A privação de direitos políticos é absolutamente excecional, só podendo ocorrer nos casos previstos na lei e ser decretada por decisão judicial.

Na verdade, determina a Constituição da República Portuguesa (CRP) que:

- A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa (Artigo 2.º).*
- O povo exerce o poder político através do sufrágio universal, igual, directo, secreto e periódico, do referendo e das demais formas previstas na Constituição (n.º 1 do artigo 10.º).*
- Todos os cidadãos gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição (n.º 1 do artigo 11.º).*
- Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei (n.º 1 do artigo 13.º).*
- Os cidadãos portadores de deficiência física ou mental gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontrem incapacitados (n.º 1 do artigo 71.º).*
- O Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efectiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais ou tutores (n.º 2 do artigo 71.º).*

Sendo por demais suficiente, citam-se apenas algumas disposições da Constituição, mas outras há que corroboram e concretizam estes princípios e regras fundamentais.



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

O legislador ordinário, procurando cumprir a Constituição, aprovou todo um conjunto de normas que obrigam os poderes públicos, a todos os níveis, a empenharem-se na inclusão e participação das pessoas com deficiência, vinculando-as, entre muitas outras responsabilidades, a assegurar a acessibilidade do meio físico e edificado, bem como da informação e dos serviços por si prestados.

No domínio eleitoral nem seria necessária aprovação de legislação complementar, pois a Lei Fundamental é suficientemente imperativa e clara para que todos os agentes envolvidos nos processos eleitorais se encontrem incumbidos de praticar todos os atos que se mostrem necessários a garantir que ninguém se veja impedido de exercer aquele que é um dos direitos mais básicos e centrais de um Estado de Direito Democrático.

A Comissão Nacional de Eleições tem um papel relevante neste domínio, pois, nos termos da alínea b) do artigo 5.º da Lei n.º 71/78, de 27 de dezembro, é sua competência "Assegurar a igualdade de tratamento dos cidadãos em todos os actos do recenseamento e operações eleitorais".

Aceitar que o direito ao voto seja negado a algum cidadão, por ação ou por omissão de qualquer entidade ou decisor público, é negar não só o princípio democrático, que é a pedra angular da República Portuguesa, mas também toda a base de legitimação do seu regime político.

Assim, é intolerável que as entidades que têm a obrigação de assegurar a acessibilidade das assembleias de voto aos cidadãos com mobilidade reduzida não cumpram tal responsabilidade e, conseqüentemente, os impeçam, na prática, de exercer o seu direito de voto. Por essa via estão não só a negar, ainda que por omissão, um direito fundamental como a frustrar a essência da democracia.

Mais de 40 anos depois de aprovada a atual Constituição e instituída a democracia afigura-se-nos aviltante que se procurem desculpas para o não cumprimento da obrigação de assegurar a acessibilidade das pessoas com deficiência e das pessoas com mobilidade reduzida às assembleias de voto, como o suposto elevado custo a incorrer para o efeito. Tal revela apenas a pouca prioridade que tais decisores conferem a esta tarefa, que o mesmo é dizer, à inclusão deste grupo social tão vulnerável e à realização da democracia.



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

Neste quadro, anda bem a CNE ao firmar como seu entendimento que “a questão da acessibilidade de todos os cidadãos às assembleias de voto, designadamente dos cidadãos com deficiência e dos cidadãos com dificuldades de locomoção, deve ser o elemento preponderante a considerar na escolha dos locais a utilizar, devendo preferencialmente escolher-se pisos térreos de modo a que seja facilitada a votação dos cidadãos com deficiência, dos idosos e dos doentes”. Já se nos afigura algo insuficiente que a CNE se tenha limitado a recomendar”, no âmbito de cada ato eleitoral, às câmaras municipais que tomem todas as providências necessárias para garantir a acessibilidade de todos os cidadãos aos locais de voto, assegurando, no mínimo, a instalação de meios amovíveis que eliminem as barreiras arquitetónicas” (recomendação que reiterou a 1 de setembro de 2017, tendo em vista as Eleições Autárquicas do passado dia 1 de outubro). Entendemos que este posicionamento é insuficiente, pois para cumprir a sua missão e para assegurar o respeito pela Constituição, a nosso ver, a CNE mais do que recomendar deve exigir o cumprimento destas obrigações.

Consequentemente, entendemos que é manifestamente insuficiente que perante a notícia de que não cumpriu as suas obrigações em domínio tão relevante para a realização da democracia e para o cumprimento de princípios e regras basilares da CRP e que com tal omissão houve cidadãos impedidos de exercer o seu direito de voto que se alerte “o senhor presidente da Câmara Municipal [...] para que, em futuros atos eleitorais, assegure, em articulação com os presidentes das juntas de freguesia, que os locais onde funcionam as assembleias de voto permitam que os eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida possam exercer o seu direito de voto de forma autónoma [...]”. Deve-se, isso sim, censurar veementemente o Senhor Presidente da Câmara pelo incumprimento das suas obrigações e exigir-lhe que garanta a acessibilidade das assembleias de voto nos futuros atos eleitorais.» -----

2.07 - Comunicação da AAG de Vila do Conde - Processos AL.P-PP/2017/1361 e AL.P-PP/2017/1362

A Comissão, tendo presente a Informação n.º I-CNE/2018/207, que consta em anexo à presente ata, deliberou, por unanimidade, aprovar as propostas dela constante que, a seguir, se transcrevem: -----



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

**Reclamação na Secção de voto n.º 6 da assembleia de voto de Vila do Conde
- Processo AL.P-PP/2017/1361**

«É entendimento da Comissão Nacional de Eleições que a questão da acessibilidade de todos os cidadãos às assembleias de voto, designadamente dos cidadãos com deficiência e dos cidadãos com dificuldades de locomoção, deve ser o elemento preponderante a considerar na escolha dos locais a utilizar, devendo preferencialmente escolher-se pisos térreos de modo a que seja facilitada a votação dos cidadãos com deficiência, dos idosos e dos doentes.

Neste sentido, a Comissão Nacional de Eleições tem recomendado, no âmbito de cada ato eleitoral, às câmaras municipais que tomem todas as providências necessárias para garantir a acessibilidade de todos os cidadãos aos locais de voto, garantindo, no mínimo, a instalação de meios amovíveis que eliminem as barreiras arquitetónicas, o que fez também, em 01.09.2017, no caso da eleição de 1 de outubro de 2017.

Assim, alerta-se o senhor presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde de que, em futuros atos eleitorais, deve assegurar, em articulação com os presidentes das juntas de freguesia que os locais onde funcionam as assembleias de voto permitem que os eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida possam exercer o seu direito de voto de forma autónoma, não sendo, em qualquer o caso, permitida a deslocação da urna para fora da assembleia de voto.» -----

O Senhor Dr. Sérgio Gomes da Silva reiterou a sua declaração que consta no ponto anterior. -----

**Reclamação relativa à impossibilidade de acesso à secção n.º 2 da
assembleia de voto de Aveleda (Vila do Conde) para o exercício do voto -
Processo AL.P-PP/2017/1362**

«A disposição da mesa e das câmaras de voto deve ser adequada ao cumprimento de dois objetivos: preservar o segredo de voto dos eleitores, por um lado e, por outro, impedir a possibilidade de fraude sem prejudicar o primeiro destes objetivos, o qual deve prevalecer sobre o segundo. Assim, de acordo com o entendimento da Comissão Nacional de Eleições nesta matéria os membros das mesas eleitorais devem, ainda antes de declarar iniciadas as operações eleitorais, garantir que a disposição da mesa e das câmaras de voto é,



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

sobretudo, adequada a preservar o segredo de voto dos eleitores. Deste modo e se for necessário à prossecução de tal objetivo, é admissível que os eleitores fiquem fora do ângulo de visão da mesa e delegados.

Dê-se conhecimento da presente deliberação aos cidadãos que exerceram as funções de membros de mesa na secção de voto n.º 2 da freguesia de Aveleda.» -----

**2.08 - Cidadão | PPD/PSD Leiria | Financiamento da campanha eleitoral -
Processo AL.P-PP/2017/1315**

A Comissão, tendo presente a Informação n.º I-CNE/2018/201, que consta em anexo à presente ata, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta dela constante que, a seguir, se transcreve: -----

«Atendendo a que a participação em causa não reporta factos concretos e, por consequência, não permite a sua análise, archive-se o processo.» -----

**2.09 - Comunicação do Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde
no âmbito do Processo AL.P-PP/2017/648 (Cidadão | Provedor Stª Casa
Misericórdia Vila Verde | Coação de eleitor)**

A Comissão tomou conhecimento da comunicação em referência, que consta em anexo à presente ata, e tendo presente as informações prestadas pela coordenadora dos serviços, deliberou, por unanimidade, o seguinte: -----

«Remeter a comunicação do Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde ao Ministério Público, confirmando o lapso na notificação invocado pelo visado, em aditamento ao envio dos elementos do processo, no seguimento da deliberação de 3 de abril p.p..» -----

AL-2017 - Publicidade Comercial

**2.10 - PPD/PSD | PS e Jornal "O Amarense & Caderno de Terras de Bouro" |
Publicidade Comercial – Processo AL.P-PP/2017/743**

A Comissão, tendo presente a Informação n.º I-CNE/2018/233, que consta em anexo à presente ata, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta dela constante que, a seguir, se transcreve: -----

«O n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 72.º-A/2015, de 23 de julho, estabelece que a partir da



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

publicação do decreto que marque a data da eleição ou do referendo é proibida a propaganda política feita direta ou indiretamente através dos meios de publicidade comercial.

No caso em apreço, não foi remetida qualquer prova, não sendo possível encontrar qualquer indício dos factos participados. Assim, delibera-se o arquivamento do processo.»

2.11 - Cidadão | PS | Publicidade Comercial – Processo AL.P-PP/2017/797

A Comissão, tendo presente a Informação n.º I-CNE/2018/229, que consta em anexo à presente ata, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta dela constante que, a seguir, se transcreve: -----

«O n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 72.-A/2015, de 23 de julho, estabelece que a partir da publicação do decreto que marque a data da eleição ou do referendo é proibida a propaganda política feita direta ou indiretamente através dos meios de publicidade comercial.

O conteúdo patrocinado de promoção da página da candidatura do PS aos órgãos autárquicos do concelho de Matosinhos, na rede social Facebook, é suscetível de integrar o tipo da infração prevista no n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, e punida pelo artigo 12.º da mesma lei.

Assim, delibera-se instaurar o respetivo processo de contraordenação ao PS, e à empresa proprietária do Facebook, bem como notificar a candidatura em causa para, no futuro, se abster de recorrer a serviços de publicidade comercial, em cumprimento do disposto no artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho.» -----

2.12 - GCE “Dedicação e Futuro” | PPD/PSD | Publicidade Comercial – Processo AL.P-PP/2017/816

A Comissão, tendo presente a Informação n.º I-CNE/2018/230, que consta em anexo à presente ata, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta dela constante que, a seguir, se transcreve: -----

«O n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 72.-A/2015, de 23 de julho, estabelece que a partir da publicação do decreto que marque a data da eleição ou do referendo é proibida a propaganda política feita direta ou indiretamente através dos meios de publicidade comercial.



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

O conteúdo patrocinado de promoção da página da candidatura do PPD/PSD à Assembleia de Freguesia de Monsaraz e a publicação patrocinada dessa mesma página, na rede social Facebook, são suscetíveis de integrar o tipo da infração prevista no n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, e punida pelo artigo 12.º da mesma lei.

Assim, delibera-se instaurar o respetivo processo de contraordenação ao PPD/PSD, e à empresa proprietária do Facebook, bem como notificar a candidatura em causa para, no futuro, se abster de recorrer a serviços de publicidade comercial, em cumprimento do disposto no artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho.» -----

2.13 - Cidadão | CDU | Publicidade Comercial – Processo AL.P-PP/2017/830

A Comissão, tendo presente a Informação n.º I-CNE/2018/220, que consta em anexo à presente ata, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta dela constante que, a seguir, se transcreve: -----

«O n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 72.-A/2015, de 23 de julho, estabelece que a partir da publicação do decreto que marque a data da eleição ou do referendo é proibida a propaganda política feita direta ou indiretamente através dos meios de publicidade comercial.

No caso em apreço, não foi remetida qualquer prova, não sendo possível encontrar qualquer indício dos factos participados. Assim, delibera-se o arquivamento do processo.»

2.14 - PS | Coligação “Juntos por Guimarães” (PPD/PSD.CDS-PP) | Publicidade Comercial – Processo AL.P-PP/2017/1065

A Comissão adiou a análise do presente processo, por dever ser tratado no âmbito da propaganda em dia de reflexão. -----

Outros assuntos

2.15 - Pedido de apoio da equipa de investigação da Nova School of Business and Economics no âmbito da campanha de apelo ao voto no Multibanco nas últimas eleições autárquicas

A Comissão tomou conhecimento do pedido em referência, cuja cópia consta em anexo à presente ata, e deliberou, por unanimidade, transmitir a inteira disponibilidade para prestar o apoio possível. -----



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

2.16 - Comunicação do Instituto Nacional para a Reabilitação relativa a pedido de reunião entre a CNE, FAPPC (Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral), IBM e INR

A Comissão tomou conhecimento do pedido em referência, cuja cópia consta em anexo à presente ata, e deliberou, por unanimidade, transmitir a total disponibilidade para trocar impressões sobre o *software* em causa, em data a acordar posteriormente à realização do Seminário do dia 28 de maio e do 16.º Simpósio Internacional sobre Assuntos Eleitorais (a ter lugar em 29 e 30 de maio).

2.17 - Convite do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas para participação na reunião anual - 14 a 16 de maio, Assembleia da República

A Comissão tomou conhecimento do convite em referência, cuja cópia consta em anexo à presente ata, e deliberou, por unanimidade, agradecer e confirmar a presença do Senhor Presidente da Comissão na sessão de abertura da reunião do Conselho Permanente do CCP, no dia 14 de maio. -----

Nada mais havendo a tratar foi dada esta reunião por encerrada pelas 17 horas.

Para constar se lavrou a presente ata, que foi aprovada em minuta e vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, João Almeida, Secretário da Comissão. -----

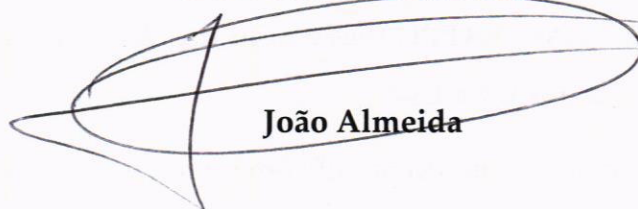
O Presidente da Comissão

José Vítor Soreto de Barros



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

O Secretário da Comissão

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and a long horizontal stroke, is written over the name João Almeida.

João Almeida